



Políticas para as mulheres rurais

Historicamente, as políticas de Estado foram direcionadas à família ou à unidade de produção familiar. Ao ignorar a noção de "família" como unidade de referência de planejamento e ação e ao escolher o "chefe da família" (homem) como interlocutor, essas políticas reproduziram a lógica de exclusão, na qual o trabalho nas comunidades rurais organiza-se a partir da divisão sexual do trabalho: as mulheres como responsáveis pelo trabalho reprodutivo e pelos cuidados domésticos e os homens, pelo trabalho gerador de renda monetária, o único reconhecido como produtivo.

As representações da desigualdade foram reforçadas pela noção de ajuda dos homens em casa e de ajuda das mulheres na roça. Essa divisão sexual do trabalho desconsidera a contribuição das mulheres para a geração de renda da família, eleva a segregação do trabalho familiar e concentra na mão dos homens a gestão e tomada de decisão na unidade de produção familiar ou no grupo de produção.

No Brasil, está lógica começou a ser invertida por meio de ações articuladas do governo federal e de movimentos e organizações feministas para promover a autonomia econômica e a igualdade das mulheres rurais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) passaram a atuar em parceria com movimentos sociais de mulheres. O MDA também criou a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (Aegre) e disponibilizou recursos para a implantação de políticas de igualdade que promovem os direitos econômicos e o exercício pleno da cidadania das mulheres trabalhadoras rurais.

Esta nova institucionalidade e a participação social qualificaram programas existentes e impulsionaram a criação de novas políticas públicas para a efetivação da cidadania e promoção da autonomia econômica das mulheres trabalhadoras rurais. São ações que contemplam garantia dos direitos à terra, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo.

Governar com participação

A participação das mulheres em órgãos colegiados do desenvolvimento rural. Esta estratégia foi reforçada com a criação de novos espaços de participação e controle social em âmbito federal. Hoje, as mulheres têm representação no Comitê Permanente de Promoção da Igualdade do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrat) e nos comitês gestores do Programa e Documentação, do Programa de Organização Produtiva e do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito.

Cidadania: documentação para as mulheres do campo e da floresta

Criado em 2004, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDR) assegura às mulheres rurais, de forma gratuita, acesso a documentos civis e trabalhistas e promove ações educativas. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e pelo Incra, atende acampadas, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas.

Até julho de 2009, o PNDR realizou mais de 2000 mutirões de documentação para mais de um terço dos municípios brasileiro (2.368) e emitiu mais de um milhão e 220 mil de documentos que asseguram para mais de 550 mil mulheres do meio rural as condições básicas para acessar as políticas públicas do Governo Federal. Em 2007, o Programa começou a implantar unidades móveis de atendimento, conhecidas como Expresso Cidadã. Até o final de 2009, 23 estados contaram com o Expresso Cidadã e os demais em 2010.

Incluído no Plano Plurianual 2007-2011, com ação orçamentária própria, o PNDR articula organismos governamentais e não-governamentais. O Comitê Gestor Nacional do Programa é integrado pelos ministérios da Justiça (MJ), do Trabalho e Emprego (MTE), da Previdência Social (MPS/INSS) e da Pesca e Aquicultura (MPA); pelas secretarias Especiais de: Direitos Humanos (SEDH), Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIIR); pela Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil (BNB); pelos Governos Estaduais; e pela sociedade civil organizada: Secretaria Nacional de Mulheres da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), Setor de Gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf).

Terra com igualdade

A partir de 2003, o Programa Nacional de Reforma Agrária, do Incra, ampliou os direitos das mulheres à terra. A portaria Nº 981 estabeleceu a Titulação Conjunta Obrigatória da Terra nos lotes de assentamentos da reforma agrária. Os procedimentos de Inscrição de Candidatos (as) na Implantação de Projetos de Reforma Agrária, no Cadastro das Famílias nas Áreas de Regularização Fundiária e de Titulação e no Certificado de Cadastro de Imóvel Rural incluíram, em caráter obrigatório, a mulher e o homem, independente de estado civil. Famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência na Sistemática de Classificação das Famílias Beneficiárias da Reforma Agrária.

O Sistema de Processamento de Informações da Reforma Agrária (Sipra) aponta que, entre 2003 e 2007, o índice de mulheres titulares de lotes da reforma agrária avançou de 24,1% para 55,8% e o total de mulheres chefes de família em relação ao total de beneficiários/as passou de 13,6% em 2003 para 23% em 2007.

Mais informações: www.mda.gov.br/aegre

End.: SBN, Quadra 1, Ed. Palácio do Desenvolvimento, Sala 2104, CEO: 70057-900, Brasília-DF

Telefones: (61) 2020-0845 / 2020 0869 E-mail: programa-igualdade@mda.gov.br



Assessoria Especial de
Gênero Raça e Etnia

Ministério do
Desenvolvimento Agrário



Brasil de Todas: Terra, renda e cidadania para as mulheres rurais



Renda para a autonomia

Lançado em março de 2008, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais (POPMR) fortalece, por meio da difusão dos princípios da economia solidária e feminista, organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentiva a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O objetivo é viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e à comercialização.

Coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pela Secretaria Especial de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Programa conta com um Comitê Gestor Nacional constituído pelo Governo Federal e representantes da sociedade civil. Desde sua implantação, foram identificados cerca de 9.402 dos quais 3.129 são oriundos dos Territórios da Cidadania grupos produtivos de mulheres articulados às Redes e Movimentos Sociais integrantes do Comitê Gestor do Programa e realizados cursos de capacitação em políticas públicas para organizações produtivas de mulheres rurais, mais 460 mulheres de 167 grupos produtivos foram capacitados de 27 estados da federação, em 44 territórios da cidadania e três Feiras da Economia Feminista e Solidária, em Recife (PE), Natal e Bahia, com a participação de 296 grupos de mulheres.

Desde 2008, empreendimentos de mulheres têm direito a cota de 30% dos grupos produtivos que participam da Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária. No período de 2004 a 2008, nas seis edições da Feira Nacional, estes empreendimentos foram representados por 467 grupos.

Mais o apoio aos grupos de produção também se deu através de ações de fomento à produção e comercialização através da celebração de 71 convênios para atender a 25 mil mulheres em 27 territórios da cidadania e 311 municípios dos 27 estados da federação. O total investido equivale a 16,6 milhões de reais.

Crédito especial para as mulheres

Para buscar maior participação das mulheres no Pronaf e garantir a inclusão delas na gestão do crédito familiar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) passou a ser feita obrigatoriamente em nome do casal a partir do Plano Safra da Agricultura Familiar 2004/2005.

Criaram-se instrumentos específicos de financiamento dirigidos às mulheres rurais de caráter individual e coletivo, capacitaram-se milhares de trabalhadoras rurais, gestores e gestoras, além de agentes financeiros e apoiaram-se diversas ações de difusão de experiências de acesso das mulheres ao Pronaf Mulher. Considerando a safra 2003/2004 até a atual safra: 2009/2010 mais 37 mil contratos foram concedidos na linha e mais de 236 milhões de reais foram emprestados.

Os resultados já podem ser verificados na evolução do número e no montante de recursos discriminados por sexo. Considerando a série histórica de 2003 a 2008 foram celebrados 1 milhão e 944 contratos, representando um volume de mais de 5 bilhões e 953 milhões reais emprestados para as mulheres como titulares do crédito.

Na Safra 2009/2010, foi ampliado, de uma para três linhas de custeio ou investimento, o acesso de mulheres agricultoras de unidades familiares de produção que já acessam financiamentos por meio dos Grupos A ou A/C (custeio ou investimento da reforma agrária).



Assistência Técnica e Extensão Rural

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) passou a contar com uma Política Setorial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para as Mulheres. O objetivo é fortalecer a organização produtiva, promover a agroecologia e a produção de base ecológica, ampliar o acesso às políticas públicas, especialmente as voltadas para a produção, comercialização e fortalecimento dos empreendimentos econômicos, e apoiar a articulação dos(as) atores envolvidos nesta política em redes.

As organizações e movimentos de mulheres passaram a contar com representantes no Comitê de ATER do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrar). Atualmente, projetos de assistência técnica são desenvolvidos através de Chamadas Públicas de ATER para Mulheres, capacitaram-se mulheres rurais e extensionistas sobre esta política. Também foi criada a Rede ATER para Mulheres, que articula representantes de instituições governamentais e organizações de mulheres que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural.

Desde 2004, com a criação do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apoia projetos voltados para o atendimento de mulheres na ATER. Até 2009, foram atendidos 90 projetos, que beneficiaram 31 mil mulheres através de um investimento de 16 milhões de reais.

Articulação Internacional

Desde 2005, a Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) do Mercosul conta com uma agenda de trabalho para desenvolver, de forma integrada, políticas para as mulheres. Em 2007 o Grupo de Mercado Comum – GMC- aprovou uma resolução apresentada de forma conjunta pela REAF e pela REM (Reunião Especializada da Mulher no Mercosul) indicando que os Estados-membros do Mercosul deverão promover o acesso igualitário das mulheres a terra, diminuir a ausência de documentação civil e trabalhista e promover uma política especial de crédito para as mulheres na agricultura familiar e na reforma agrária. Em 2008, o Grupo Mercado Comum (GMC), segunda instância deliberativa do Mercosul, aprovou resolução que orienta a adoção das diretrizes para a implementação da transversalidade de gênero nos países-membros do bloco econômico.

Para auxiliar os trabalhos foi instituído o Grupo de Trabalho de Gênero. Além da inserção das mulheres nos diferentes debates da REAF, esta instância promove a transversalidade de gênero nos demais GTs da REAF, especialmente no facilitação do comércio e acesso à terra e reforma agrária e organizou o Programa de Fortalecimento Institucional de Políticas de Igualdade de Gênero na Agricultura Familiar do Mercosul, que tem como objetivo rever assimetrias regionais e consolidar as orientações e diretrizes comuns sobre perspectiva de gênero na agricultura familiar na região.

Apoio a estudos e pesquisas

A promoção dos direitos igualitários entre homens e mulheres no meio rural também é feita por meio de estímulo à produção de pesquisas e estudos. Esta ação ocorre por meio do Prêmio Margarida Alves. Em sua terceira edição, o Prêmio Margarida Alves está dividido em quatro modalidades relacionadas a gênero e desenvolvimento rural: Ensaio Acadêmico (apoio à produção de ensaios acadêmicos em nível de graduação); Pesquisa-Ação (apoio a projetos a serem realizados em comunidades escolares de nível médio e/ou fundamental); Memória e Acervo (apoio à constituição e difusão de acervos coletivos e registros de memória) e; Pesquisa, (apoio à produção de estudos e pesquisas em nível de pós-graduação).

Promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE) e o Inkra, por meio da Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, o Prêmio Margarida Alves é realizado em parceria com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o Centro Nacional de Pesquisa e Qualificação (CNPQ/MCT), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e os movimentos sociais de mulheres trabalhadoras rurais (CNMTR/Contag, MMC, MMTR/NE, MIQCB, FETRAF-Brasil, SME/CNS).

Do prêmio resultaram duas publicações com os trabalhos premiados e está em preparação a publicação do livro referente à terceira edição. Os trabalhos premiados abordam as lutas das mulheres rurais pela terra e o acesso aos demais recursos naturais e produtivos, experiências de protagonismo e exercício da cidadania, a diversidade especialmente a das jovens, além de temas como sexualidade, violência contra a mulher e documentação da trabalhadora rural.

Gênero e Raça

Cada vez mais, as mulheres quilombolas têm buscado alternativas de produção a partir dos seus conhecimentos tradicionais, como no caso do artesanato e da culinária. Elas exploram os seus territórios respeitando sua cultura e garantindo o uso sustentado dos recursos naturais.

Considerando as distintas desigualdades que se combinam entre as mulheres negras e em especial entre as quilombolas, importantes ações foram realizadas para ampliar a gestão econômica e a garantia dos direitos territoriais. No período de 2004 a 2008 o Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia, apoiou uma diversificada produção agrícola e não-agrícola das mulheres quilombolas e suas organizações em diferentes regiões do país com um investimento de 1 milhão e 250 mil reais.

Várias comunidades foram beneficiadas, dentre elas: Invernada dos Negros/SC Matões dos Moreira/MA Comunidade Quilombo, em Santa Luzia do Norte e em Palmeira dos Índios no estado de AL, em Sapé do Norte/ES, Curiaú/AP, Kalunga/GO, Furnas do Dionísio/MS, Ivaporundua/SP e Itamatitua/MA.

Integrando políticas e promovendo a cidadania e autonomia das mulheres nos territórios

Através do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, criado em 2008 o Governo Federal apoia a organização e o fortalecimento institucional dos atores e atrizes sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promove a implementação e integração de políticas públicas. O MDA estimula e amplia a participação e a inserção das mulheres rurais no processo de gestão social do desenvolvimento territorial e na definição e execução de políticas.

Desde o início de 2009, o MDA vem desenvolvendo, em parceria com a SOF (Sempre Viva Organização Feminista) e com o Centro Feminista 8 de Março, ações de mobilização, sensibilização e formação das mulheres rurais, com objetivo de estimular e ampliar sua participação no processo de gestão social do desenvolvimento territorial, no acesso às políticas públicas de apoio à produção e comercialização e aquelas que garantem seus direitos a cidadania e a terra.

Estas ações estão sendo executadas em 84 Territórios da Cidadania dos 26 estados da federação e Distrito Federal. O trabalho envolve a realização de diagnósticos sobre a implementação das políticas de gênero promovidas pelo MDA, o mapeamento de grupos produtivos de mulheres, a constituição de Grupos de Trabalho das mulheres nos Colegiados Territoriais e, diversos seminários, cursos e oficinas com as agricultoras familiares e assessoras técnicas com objetivo de capacitá-las sobre as relações de gênero no meio rural, as desigualdades no acesso às políticas públicas e os programas e políticas específicas, entre eles o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, a política de crédito, a política de acesso conjunto a terra, a política de assistência técnica e extensão rural e o desenvolvimento territorial.

Como resultado das primeiras ações formativas territoriais do Convênio "Formação e Articulação com Mulheres Rurais nos Territórios da Cidadania: Ações para Ampliar o acesso às Políticas Públicas do MDA", celebrado entre SOF e MDA, foram realizadas 52 oficinas sobre o tema "Gênero e Políticas Públicas".

Esse conjunto de atividades envolveu mais de 1.400 mulheres. Um público composto por mulheres rurais, indígenas, ribeirinhas, pescadoras e quilombolas, gestores e gestoras de políticas públicas, representantes de movimentos sociais e de organizações não-governamentais que atuam com mulheres rurais.

Nas oficinas, durante a apresentação e discussão de aspectos das políticas do MDA voltadas para as mulheres rurais, foram apresentadas informações sobre cada política, os critérios, requisitos e formas de acesso às políticas. Além disso, as discussões suscitaram a identificação de demandas e os principais condicionantes e dificuldades enfrentadas pelas mulheres no que se refere ao acesso a essas políticas.

O convênio com o Centro Feminista 8 de março realizou 2874 atividades de apresentação e discussão sobre desenvolvimento territorial e as políticas públicas para as mulheres rurais. Mais de 4500 mulheres foram beneficiadas com estas ações.

